CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 438/83 (Apenso - Processos DRESO nº 3525/80, 3709/82, 373/82, 80521/85, CEI 80612/85 e CEE 1788/86)- Reautuado em 10/9/84

INTERESSADO: Centro de Estudos Modernos - CEM (Sorocaba)

ASSUNTO: Regularização de vida escolar de alunos do 2º grau

RELATOR: Conselheiro Edmur Monteiro

PARECER CEE Nº 904/87 -CONSELHO PLENO- Aprovado em 06/05/87

1. HISTÓRICO

1.1 - Em 14/9/83, este Conselho aprovou o Parecer CEE nº 1466/83 - CEPG relativo à regularização da vida escolar de alunos de 1º e 2º graus, função Suplência, do Centro de Estudos Modernos - CEM - Sorocaba. Esse Parecer, que apreciou os fatos relatados nos Processos DRESO nº 3525/80, 0685/81, 3709/82 e 373/82, decidiu que os alunos relacionados nos Anexos IV e V do Relatório da Comissão de Supervisores designada pela DE de Sorocaba, em 6/9/82 (Processo DRESO nº 3525/80 - fls. 319 a 337), com promoções indevidas, matrículas irregulares, falta de adaptação, falta de frequência ou comprovação de estudos em séries diversas, teriam prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação do referido Parecer, no DOE, para apresentação, à DE, dos respectivos documentos que comprovassem os estudos realizados. Findo esse prazo, os que não atendessem a essa determinação seriam submetidos, em caráter excepcional, a exames especiais dos componentes curriculares não comprovados ou não cursados, nas diversas séries, conforme relação elaborada pela Comissão de Sindicância e constante do referido Processo DRESO nº 3525/80. Nos termos do Parecer em questão (fls. 11),

"Os alunos aprovados nos exames especiais terão convalidados seus atos escolares praticados em nível de 1º ou 2º graus de ensino, cabendo aos órgãos próprios da SE emitir os documentos necessários".

1.2 - De acordo com o que consta do Processo DRESO nº 3525/80:

a) em 20/10/83, a DRESO, acolhendo a manifestação da Assistência Técnica do Ensino Supletivo sobre o contido no citado Parecer, com referência aos Anexos IV e V, transmite-a à DE para as providências cabíveis (fls. 372);

b) a DE elabora e faz publicar, no DOE de 25/2/84, comunicado com as diretrizes para os exames especiais dos alunos e ex-alunos (80 casos) do CEM - Sorocaba e o conteúdo programático das várias disciplinas objeto daqueles exames (fls. 373 a 375);

c) pela informação nº 58/84 (fls. 386), a Assistência Técnica do Ensino Supletivo, da DRESO, esclarece que os exames especiais foram realizados nos dias 17, 18, 24 e 25/3/84, na EEPSPG "Dr. Júlio Prestes de Albuquerque" (Sorocaba) por docentes convocados por Portaria do Diretor da DRESO, de 16/3/84. E, reportando-se ao Parecer da Comissão de Supervisores encarregada de dar cumprimento às determinações do Parecer CEE nº 1466/83 (Processo DRESO nº 3525/80 - fls. 373 a 375), que considerou que os exames especiais não atingiram seus objetivos, tendo em vista a reduzida porcentagem de comparecimento dos alunos e os resultados por eles alcançados, propõe o encaminhamento do protocolado a este Conselho, para

"sua manifestação quanto à possibilidade de convalidar os atos escolares dos alunos e ex-alunos envolvidos nos exames especiais";

d) a CEI, em 22/8/84, acolhendo o Parecer da Comissão de Supervisores da DE de Sorocaba no sentido de que

"os exames especiais não atingiram seus objetivos e que se deva solicitar ao CEE revisão do Parecer 1466/83, no que tange aos anexos IV e V, às fls. 310, ora em causa, dando-se aos alunos, neles incluídos, o mesmo tratamento dispensado aos demais, quando tiveram estes seus atos escolares completamente convalidados, em caráter excepcional" (fls. 375),

propõe duas alternativas:

"- outra oportunidade de exames especiais a todos os alunos, indistintamente, independentemente do motivo da irregularidade apresentada;

- encaminhamento, ao CEE, em expediente específico, dos casos passíveis de convalidação como os de falta de registro de recuperação - irregularidade da escola - (...) bem como nova oportunidade de exames especiais aos alunos que não comprovaram escolaridade anterior (5ª à 8ª série do 1º grau ou 1ª e 2ª séries do 2º grau) ou foram retidos em componentes curriculares na série, por falta de aproveitamento, mas matriculados na série subsequente" (fls. 400 a 402).

1.3 - Quando do retorno dos autos a este Conselho, foram eles encaminhados à Câmara do Ensino do 1º Grau que exarou o Parecer nº 229/86, que estabeleceu diretrizes para a regularização da vida escolar dos alunos matriculados no 1º grau, no CEM. Posteriormente, foram endereçados à Câmara do Ensino do 2º Grau para exame da situação dos alunos desse grau de ensino (fls. 197 a 216 do Processo CEE nº 438/83 - volume II).

1.4 - De acordo com a documentação constante dos autos, a relação dos alunos com situação a regularizar é a que segue:

1.4.1 - Resultados insatisfatórios ou ausências nos exames especiais

- Angela Quirino
- Antônio André

- Cláudio Latorre
- Edivaldo Corrêa
- Elizabeth do Carmo Torres
- Eveli Ferreira Martins
- Gerson Gomes da Silva
- Jair da Silva Pinto
- Joel Martins Rainha
- José Antônio Castro de Oliveira
- Júlio César Stefanelli Silva
- Liana Gonçalves
- Luiz Antônio Gonçalves Gildes
- Maria Amélia Camargo Fernandes
- Maria Benedita Silva Ferreira
- Maria Cristina Banietti
- Mara Alves de Medeiros (Mara Medeiros Shian)
- Roberto Beazzim
- Roselena Oliveira Souza
- Sérgio Pereira dos Santos
- Sônia Maria Alves
- Sônia Maria Figueiroba Athayde
- Sônia Regina Pereira
- Tânia Mara Daniel
- Valentina Maria de Macedo
- Vanderson de Oliveira
- Wolney Satoshi Kawakami

1.4.2 - Matrícula sem idade legal (alunos já concluintes do 2º grau)

- Sérgio Pereira dos Santos
- Valentina Maria de Macedo

1.4.3 - Falta de adaptação

- Sueli Cândida Mendes da Silva
- Nivaldo Kobal
- Jenny Marlene Pizzol Camargo

1.4.4 - Matrícula irregular

- Teresa Mora Siqueira

1.5 - Em 3/6/86, os autos foram requisitados pela Comissão Especial de Sindicância, através do G.V.C.A., retornando, após, à Câmara do Ensino do 2º Grau para apreciação.

1.6 - Em 4/12/86, Luiz dos Santos, RG 3.378.754, dirigiu-se diretamente ao CEE, solicitando a convalidação dos estudos realizados no 1º termo do 2º grau, no Centro de Estudos Modernos - CEM - Sorocaba, em 1981, sendo autuado o Processo nº 1788/86, apenso. O interessado alegou que a carga horária da disciplina Língua Portuguesa e Literatura Brasileira "foi lançada incorreta no certificado, pois pelo currículo escolar foram ministradas 68 aulas e seriam necessárias, no mínimo, 72" (fls. 2). Conforme Portaria do Delegado de Ensino da DE-Sorocaba, publicada no DOE de 3/3/87, foi regularizada a situação do interessado com base na Deliberação CEE nº 18/86.

1.7 - Pela Resolução SE nº 309, de 17, publicada no DOE de 18/12/86, foi cassada a autorização de funcionamento do Centro de Estudos Modernos - CEM - Sorocaba.

2. APRECIÇÃO

2.1 - Versam os autos sobre regularização da vida escolar de alunos do Centro de Estudos Modernos - CEM - Sorocaba.

2.2 - O Parecer CEE nº 1466/83 determinou que fossem submetidos a exames especiais os alunos relacionados nos Anexos IV e V do Relatório da Comissão de Supervisores designada pela DE de Sorocaba em 6/9/82 (Processo DRESO nº 3525/80 - fls. 319 a 337), caso não apresentassem, a essa DE, no prazo de 60 (sessenta) dias, comprovantes referentes aos estudos por eles realizados.

2.3 - Realizados os referidos exames para os que não cumpriram o supra-requerido e à vista dos seus resultados, retornaram os autos à apreciação deste Colegiado.

2.4 - A Comissão de Supervisores da DE Sorocaba, encarregada de dar cumprimento às determinações do Parecer CEE nº 1466/83, esclarece que os exames especiais a que foram submetidos os alunos não atingiram seus objetivos, propondo o encaminhamento dos autos a este Conselho para fins de sua manifestação quanto à possibilidade de convalidação dos atos escolares dos alunos e ex-alunos envolvidos nos referidos exames.

2.5 - A CEI, acolhendo a manifestação da referida Comissão, sugere a este Colegiado duas alternativas:

- a realização de novo exame especial, independentemente do motivo da irregularidade apresentada; ou
- encaminhamento, em expediente específico, dos casos passíveis de convalidação.

2.6 - A Câmara do Ensino do 1º Grau, após apreciar a situação dos alunos referentes a esse grau de ensino através do Parecer CEE nº 229/86, encaminhou os autos à consideração da Câmara do Ensino do 2º Grau para estudo dos casos a esta afetos.

2.7 - De acordo com o quadro de resultados dos exames especiais, foram aprovados, nas disciplinas a que se submeteram, apenas os alunos do 2º grau abaixo relacionados:

- Cláudio Athayde
- Edson Rodrigues Cação
- Roseli Lopes Gonçalves
- Sônia Maria Figueiroba Athayde

2.7.1 - Ressalva-se que a última aluna referida não obteve aprovação em duas disciplinas (numa, por haver faltado aprova e noutra, por insuficiência de nota).

2.8 - Acham-se ainda pendentes de solução, pois, os casos dos alunos relacionados nos itens 1.4.1, 1.4.3 e 1.4.4 do Histórico deste Parecer, uma vez que a situação de Sérgio Pereira dos Santos e Valentina Maria de Macedo (item 1.4.2), por matrícula sem idade legal, já se acha regularizada por força da Deliberação CEE nº 22/86.

2.9 - Os referidos casos têm condições de ser analisados com base nas diretrizes constantes da Indicação CEE nº 8/86, integrante da Deliberação CEE nº 18/86, uma vez que dizem respeito, essencialmente, a irregularidades referentes a falta de adaptação, falta de registro de recuperação, retenção por faltas, retenção por falta de aproveitamento e ausência de comprovantes de estudos anteriores. Tais irregularidades ocorreram há mais de três anos por falha administrativa de responsabilidade exclusiva da escola, não tendo sido constatada "ação ou participação dolosa" da parte dos alunos.

2.10 - A autorização de funcionamento da unidade escolar em questão já foi cassada. Dessa forma, caberá à DE de Sorocaba tomar as medidas necessárias para regularização da vida escolar dos alunos, à vista do que dispõe a Resolução SE n° 309/86, com base na referida Deliberação CEE n° 18/86.

2.11 - À vista do exposto, propomos a conclusão que segue.

3. CONCLUSÃO

Nos termos deste Parecer, caberá à DE de Sorocaba proceder à regularização da vida escolar dos ex-alunos de 2° grau do Centro de Estudos Modernos - CEM, dessa cidade, que teve sua autorização de funcionamento cassada pela Resolução SE n° 309, de 17, publicada em 18/12/86.

CESG. em 1°/4/87.

EDMÚR MONTEIRO
RELATOR

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Secundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 06 de maio de 1987.

a) Cons^a MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA
Presidente